

SAÚDE: UM DIREITO HUMANO

Experiencia-Ação nas Tendas de Afeto Popular no Extremo Sul do Brasil

Liamara Denise Ubessi¹
Michele Neves Meneses²
Marcos Aurélio Matos Lemões³
Roberta Antunes Machado⁴
Neidi Regina Friedrish⁵
Celmira Lange⁶
Vanda Maria da Rosa Jardim⁷

RESUMO

Os direitos humanos existem como um demarcador para a defesa da vida. As Tendas de Afeto Popular ocupam-se da luta por direitos humanos com ênfase na saúde. Este texto objetiva narrar a experiência de realização das Tendas de Afeto Popular na região do extremo Sul do Brasil, agenciadas pelo Coletivo Povareu Sul, na relação com os direitos humanos como produção de sentido. Para tanto, o estudo visa a descrever o que são as Tendas do Afeto Popular, por que são agenciadas, qual a relação com os direitos humanos e o que está no tecido de realização das "Tendas", na defesa e sustentação da vida. A educação popular contribui significativamente nestas costuras, pois facilita a inclusão dos saberes das pessoas, problematizações e a construção coletiva de possibilidades de enfrentamento dos desafios que interferem na garantia do direito à saúde e dos demais que são fundamentais a sua exequibilidade. Por fim, as Tendas do Afeto Popular constituem-se em dispositivos de conexão, problematização e incitação para a alteração de realidades sociais. A potência mostra-se na junção pela conversa-ação na produção de um devir coletivo afetivo que não se fixa, mas que cria e facilita a fluidez do pensamento e a construção coletiva, engatando-se com outros enredos na defesa da vida e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito à saúde. Educação. Afeto. Saúde coletiva.

HEALTH: A HUMAN RIGHT
EXPERIENCE-ACTION IN POPULAR AFFECTION STALLS IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT

Human Rights exist as a path to the defense of life. The Popular Affection Stalls deal with the fight for human rights with emphasis on health. This work aims at narrating the implementation experience of Popular Affection Stalls in the extreme south region of Brazil, brokered by the Povareu South Collective, in relation to human rights as a production sense. Thus, the text aims at describing what the People's Affection Stalls are, because they are brokered, what is the relationship with human rights, and that is the fabric of these workmanship 'Stalls', defense and life support. Popular education significantly contribute to these seams, because it facilitates the inclusion of people knowledge, problematizations and the collective construction of clashes possibilities of the challenges that affect the guarantee of the right to health and other that are fundamental feasibility of this. Finally, the Popular Affection Stalls constitute in connection devices, questioning and incitement to changing social realities. The output shown in joining the conversation-action for the production of an affective collective becoming that are not fixed, but that creates and facilitates the flow of thought and the collective construction hitching up with other plots in the defense of life and human rights.

Keywords: Human rights. Right to health. Education. Affection. Public health.

¹ Psicóloga, enfermeira, sanitária, acadêmica de Filosofia, mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí, doutoranda em Ciências: práticas sociais em saúde e enfermagem pela UFPel. liaubessi@gmail.com

² Enfermeira, especialista em Gestão Pública em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trabalhadora de saúde na Vigilância Ambiental no município do Rio Grande, RS. michele.sms@riogrande.rs.gov.br

³ Enfermeiro. Doutorando em Ciências: práticas sociais em saúde e enfermagem pela UFPel. enf.lemoes@gmail.com

⁴ Enfermeira. Mestre em Ciências: práticas sociais em saúde e enfermagem pela UFPel, professora no curso Técnico em Enfermagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Rio Grande. roberta.machado@riogrande.ifrs.edu.br

⁵ Enfermeira, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. neidi_regina@yahoo.com.br

⁶ Enfermeira, doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – EERP/USP, professora no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. celmira_lange@ufpel.edu.br

⁷ Enfermeira, doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, professora no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. vandamrjardim@gmail.com

INTERROGANTES GUIA...

Começamos este texto, como atores(as) implicados(as), indagando: Que são direitos humanos? De que forma a saúde passa a ser considerada um direito humano? Em que medida outros direitos fundamentais à vida se interpenetram ao da saúde? Com que conceito de saúde se opera? Quanto aos direitos humanos, atrevemo-nos a afirmar que na junção “direito e humano” está a vida, como um valor. Um valor que foi construído socialmente, no contraponto ao que figura na História da humanidade naquilo que legitimou e legitima guerras, escravidão, poder sobre o corpo do outro, entre outros tantos exemplos. São valores na disputa da preservação e destruição da vida.

A vida como um valor não tem sido suficiente para coibir tais desventuras, mas, de todo modo, tem sido uma contraforça, que tem contribuído para frear um tanto o que a aniquila a vida. É neste bojo que se tem os direitos humanos. Então, remontando a primeira indagação – O que se pode dizer por direitos humanos?, entende-se como inerentes a todas as pessoas, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra situação (Organização..., 2009).

Os direitos humanos existem como um demarcador significativo e orientador dos Estados para a garantia da vida, ainda que se continuem as guerras civis e ideológicas e as mais diversas formas de escravidão que se aperfeiçoam no mundo globalizado, em que a riqueza se concentra em um menor número de pessoas (Instituto..., 2012), o que contribui para a produção de infinitas formas de desigualdades e iniquidades sociais, que cabe ao Estado a sua resolutividade mediante políticas de reparação (Rosa, 2012). Estas políticas podem melhorar as condições de vida de alguns grupos sociais, contudo pouco interferem nos diversos elementos que geram esse cenário de pobreza, de marginalidades sociais, de desigualdades, tais como a concentração do capital em grupos minoritários, a exploração do trabalho, a lógica de consumo que move o sistema capitalista, a privatização de bens públicos, entre tantos outros. Então, nesse sentido, vários são os

direitos humanos, entretanto há alguns que são fundamentais, sem os quais o direito à vida (o mais fundamental deles) ficaria em suspenso, e a partir do qual derivam e se correlacionam os outros. Entre os direitos humanos consta o de acesso à saúde, alimentação, vestuário, habitação, trabalho, educação (Organização..., 2009). Deste modo, esse texto se ocupa de abordar a saúde como um direito, por considerar que está intimamente ligada, praticamente como “sinônimo” da vida, que não se separa dos demais direitos, uma vez que implicam diretamente a sua produção – saúde e vida. Então, o que as Tendas de Afeto Popular têm a ver com o exposto? As Tendas de Afeto Popular se ocupam da luta por direitos humanos com ênfase para o direito à saúde. Entendem que à saúde não se reduz à ausência de doença e, portanto, para sua defesa e garantia é necessário ocupar-se de outros direitos que são intransferíveis e fundamentais à vida, entendida também como um direito. Para tanto é necessário, por exemplo, o acesso à alimentação adequada, isenta do uso (abusivo) de agrotóxicos, ao trabalho, à educação, lazer, entre outros, que interferem diretamente no viver.

A fim de “ilustrar” essa correlação entre os direitos humanos essenciais à vida, há pesquisas que constataram os danos à saúde devido ao acesso e tipo de alimentação que se tem (Chaney, 1983; Alves Filho, 2002; Brasil, 2005; Instituto..., 2010), estudos que mostram a correlação de importância entre estado de saúde e escolaridade (Kassouf, 2005; Santos; Tejada; Ewerling, 2012), os quais anunciam que por mais que haja evidências científicas e populares no que tange à inter-relação de direitos, como coprodutores e dependentes, há necessidade de criar espaços de discussão sobre essas questões, e melhor, se mediados por afetos, uma vez que nem todos sabem que têm direito a ter direitos – leia-se cidadania –, que assegura a liberdade singular de cada novo nascimento na dimensão da existência humana (Arendt, 2010). No que se refere ao direito à saúde, no Brasil há o Sistema Único de Saúde – SUS (Brasil, 1988, 1990), resultado dos movimentos sociais populares, trabalhadores, intelectuais e estudantes, também militantes no campo da saúde coletiva, para fins da defesa deste direito humano

como intransferível, ou seja, é de responsabilidade do Estado e da sociedade. O SUS é então o dispositivo competente para esta garantia. O acesso é universal, ainda que tenhamos problemas, mas entende-se que estes servem para rever e atualizar as “quebraduras”, noutras palavras, o que precisa ser melhorado. Reiterando permanentemente que sua construção e sustentação não dependem somente do Estado e sim da participação popular ao colocar em questão a saúde como um direito.

Sob este pressuposto, as Tendas do Afeto Popular movem-se, utilizando da alcunha das “Ágoras”,⁸ produzindo “espaços roda”, ou seja, as pessoas que participam das atividades são convidadas a ocupar o espaço de modo a formar círculos, colocando-se lado a lado, com vistas a garantir a lateralidade e horizontalidade nas relações de poder e saber que estão operando a todo o momento no que se chama de ‘roda’. Para trabalhar com estas questões atinentes aos direitos humanos, pela Educação Popular, usando o dispositivo da Tenda, entende-se que quanto mais formação de base política efetivada, mediada pelos afetos de indignação, alegria, amorosidade, parceria, solidariedade, entre outros, mais se ampliam as possibilidades de que as pessoas também se movam, espriando essa discussão em modo de fazer rizomático, característico das Tendas, contra submissões, moralismos e assumindo a vida como um valor, e ético. E esse processo viabiliza-se com e pelos afetos, pois compreendem os “fios” que constituem o humano e as relações sociais (Deleuze; Parnet; 1998, Safatle, 2015). Ao considerar estes aspectos como interrogantes guia do pensamento, da ação e da escrita, este trabalho objetiva narrar a experiência de realização das Tendas de Afeto Popular na região do extremo Sul do Brasil, agenciadas pelo Coletivo Povaréu Sul, na relação com os direitos humanos, como uma produção de sentido, percebida na escrita das palavras

que vão compondo este texto. Para tanto, vamos nos ocupar em descrever o que é o Coletivo e porque agencia as Tendas de Afeto Popular, o que são as Tendas, como ocorrem, como é esta experiência, e o que está no tecido de realização das “Tendas”, no que tange aos direitos inalienáveis à defesa e sustentação da vida, entendendo-a em relação intrínseca com o meio em que se vive.

METODOLOGIA DO “DIZER”

As Tendas de Afeto Popular podem ser consideradas uma experiência de produção de sentido, ao encontro do que propõe Larrosa (2002). É, portanto, um relato de experiência que se inscreve no cunho de pesquisas qualitativas. Trata-se da experiência que se dá na relação com o vivenciado, que ao ser narrado é revivido, partilhado em texto, como o que se faz por aqui. Uma produção de sentido. Este trabalho se faz na “melodia” que vai se escrevendo metodologia, como a experiência de um dizer (Tedesco; Sade; Caliman, 2013), de sentidos e significados em produção. Segundo Larrosa (2013), a práxis consiste em transformar a realidade, e assim sendo temos de acreditar nela, conhece-la e torná-la um potente princípio de ação.

Estamos diante de uma metodologia do dizer, que é esse escrever. Ainda, porque se considera que é também pelas palavras que se pensa, como o que vai dando sentido ao que se vive, se experimenta, se produz, se movimenta (Larrosa, 2013). Esse trabalho é relato e produção de sentido o tempo todo no texto escrito, desde o seu início, com o título, e não somente após a apresentação destes aspectos metodológicos.

Esta narrativa refere-se à realização das Tendas de Afeto Popular. A primeira delas ocorreu em 18 de maio de 2013, em São Lourenço do Sul. Elas têm acontecido em municípios da região Extremo Sul do Rio Grande do Sul, como São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, Pinheiro Machado e a partir da solicitação de pessoas engajadas nas lutas sociais por direitos humanos, entre eles o da saúde. Tendem a ser agenciadas a partir do Coletivo

⁸ Ágora era a praça principal das cidades gregas, em que aconteciam assembleias do povo. Utiliza-se esse conceito para pensar o espaço das Tendas como lugar público, de debate, reflexão, produção coletiva, com espaço para vocalização de todos em consonância aos preceitos dos direitos humanos, e se for o caso, criação de dispositivos para o que se quer enfrentar e na produção de consensos (Smith, 1842).

Povaréu Sul. Operam na perspectiva da educação popular em saúde que pinça ferramentas em diálogo com autores(as) reais que comparecem no espaço da Tenda e “virtuais” do campo da saúde coletiva, humanas e sociais.

O Coletivo é integrado por pessoas com história de participação em movimentos sociais, como camponês, sanitário e antimanicomial, no controle social como Conselhos e Conferências de Saúde, na realização de edições das vivências e Estágios de Educação Popular em Saúde – Vepop – e Vivências e Estágio na realidade do Sistema Único de Saúde – VER_SUS, com formação de sanitarista, Enfermagem e/ou Psicologia e que ocupam espaços na Comissão de Integração Ensino-Serviço e no Grupo Condutor da Saúde Mental regionais na 3ª região de saúde e na (de)formação em saúde.

O COLETIVO POVARÉU SUL COMO AGENCIADOR DAS TENDAS

A criação do Coletivo Povaréu Sul é um dos efeitos da realização das Tendas de Afeto Popular na região Extremo Sul do Rio Grande do Sul, Brasil, dado que algumas pessoas envolvidas com a realização das mesmas entenderam que seria necessário um espaço para juntar forças e colocar em análise permanente, de discussão e problematização, o processo de demandas por Tendas. E assim se constituiu o Coletivo Povaréu Sul, que “incorporou” ao seu corpo provisório as Tendas. Provisório, pois as pessoas mudam, o Coletivo muda. Foi constituído a partir das Tendas, e tem nas mesmas a afirmação de um dispositivo de práticas de educação popular em saúde. Este Coletivo ocupa-se com a defesa do direito à saúde em inter-relação com a defesa e construção de outros direitos humanos, mas não só. Utiliza as Tendas como um dispositivo para a produção de saúde no enfrentamento das perspectivas hegemônicas que têm se colocado no cotidiano das práticas de saúde e da vida das pessoas. Por exemplo, a medicalização, a medicamentação da vida, a desarticulação da força de resistência.

A força de resistência é a de inclusão e valorização das pessoas na sua singularidade, de saberes e práticas populares, da criação de espaços políticos de discussão, de compartilhamento e de oferta de práticas complementares e integrativas em saúde, como Reiki, massagem, yoga, reflexologia, bio-dança, música, e várias outras movimentações que consideram o corpo como múltiplos corpos, subjetivos, físicos, transversalizados de mundos, singulares, únicos e provisórios. É um coletivo, que assim como as Tendas, funciona em auto e cogestão.

Percebe-se que no espaço das Tendas em que há mais lugar para o desconhecido os afetos circulam mais livremente, se disputa menos internamente e mais o que afeta a todos, como a violação de direitos humanos que interferem na produção de saúde, dado que é efeito de um conjunto de elementos e não se reduz à ausência de doença.

QUE SÃO AS TENDAS DO AFETO POPULAR?

O nome denuncia. É um espaço montado e desmontado a cada vez, enquanto estrutura física, e que no campo da subjetividade corpo, mediado por afetos, “monta”, “desmonta” e “remonta” os excessos de certezas, de saberes, poderes, e os próprios afetos das pessoas que participam mediante o significativo da experiência. Por isso, as Tendas podem ser consideradas uma criação derivante.

Derivante, pois a Tenda de Afeto deriva da Tenda que leva o nome “Tenda Paulo Freire” e da qual incorpora algumas características, principalmente da valorização das pessoas, da inclusão não para normalizar as singularidades, da “feitura” de círculos de cuidado, nem sempre redondos, mas que cada um tenha a oportunidade de reconhecer o outro neste espaço que habita e constrói.

Ou seja, ao mesmo tempo em que há disparadores(as) de sua “feitura”, a esta nunca acontece como se espera, pois o que se espera não se enquadra no que acontece na realidade, sempre haverá diferenças. E, são os(as) autores(as) presen-

tes neste espaço que a produzem a partir do que é provocado ou não. Então, uma Tenda nunca será igual à outra. Carregam a “marca” da diferença.

A Tenda de Afeto Popular foi uma invenção coletiva. Leva em seu nome sugestões, discussões e a produção de consenso, do que se reconhece como a expressividade do que se deseja e como veículo para a “feitura” de militância na defesa de direitos humanos, como no caso da saúde. Acontece a partir de demanda das pessoas que habitam/vivem na região Extremo Sul do Rio Grande do Sul, Brasil, e a identificam como um dispositivo potente para pautar questões no que se refere aos direitos humanos na relação com a saúde. Geralmente são temáticas.

Entre as que já aconteceram: o direito à loucura e ao cuidado em liberdade em situações de sofrimento psíquico; o Sistema Único de Saúde como patrimônio público na garantia do direito à saúde; a perspectiva de redução de danos como um elemento na prevenção e produção de saúde; o uso de plantas bioativas; a produção de alimentos com sementes crioulas e com isenção do uso de agrotóxicos; a discussão, defesa e articulação do uso de práticas integrativas e complementares na saúde mental e na rede de saúde como um todo; o direito à decisão sobre o próprio corpo em consonância com o movimento feminista; o enfrentamento da violência sexual no que se relaciona a mulheres, crianças e nas diversas formas de expressão sexual; a defesa dos direitos indígenas; o direito às diversidades, das populações em situação de rua, povo cigano, entre tantos outros.

Então, a cada momento a Tenda de Afeto Popular, que ocorre de um turno até três dias, a depender da situação, da atividade, da demanda, sofre transversalizações no que respeita a conjuntura dos direitos humanos, sociais, que tem como centralidade a saúde e o afeto como potência política criadora de e na construção coletiva. Que fomenta a inclusão das tensões, o não aprisionamento paralisante no conflito e facilita a construção de “saídas”, na provocação em cada momento que vai fazendo a Tenda, a partir de demandas avaliadas por quem recebe e quem endereça. As Tendências são montadas em locais diversos na região Sul, em barraca de

lona, a qual geralmente é providenciada por quem demanda a Tenda, e em muitos casos, é a 3ª Coordenadoria de Saúde que empresta a utilizada em campanhas educativas da Vigilância Sanitária. Após a montagem, são colocados de forma conjunta, por quem a propõem e quem vai se achegando a ela, adereços que ilustram a educação popular, a marca da multiplicidade, com o uso de tecidos coloridos conhecidos como “chita”, também com TNT (Tecido Não Tecido), filtro dos sonhos, mandalas, lenços com cheiro de perfume, incensos, pinturas, livros, folhetos, plantas, sementes, pedras, instrumentos musicais, como flautas, tambor, violão, com vistas a simbolizar a diversidade, a cultura, a inclusão, o carinho, a afetividade que perfazem a Educação Popular (Brasil, 2012).

Em seguida, realiza-se o que se denomina de “mística”. Consiste em colocar no centro do espaço tecidos, livros, objetos, plantas, sementes, folhetos, fotos, panos que representam a fronteira Brasil e Uruguai e as mais diversas lutas sociais, como o movimento camponês, dos(as) estudantes, diversidades, entre outras, que indiquem as motivações dos(as) que se põem “a caminhar”. As atividades são abertas. Iniciadas, geralmente pelas pessoas que integram o Coletivo Povaréu, mas podem ser também por outras pessoas, que convidam a todos(as) a se apresentar, se reconhecer no espaço-roda, e ao mesmo tempo, às vezes são realizadas práticas de cuidado.

Entre as práticas, limpeza do ambiente e fomento ao equilíbrio das energias singulares, circulares, com o uso de pau-santo, cheiros, dinâmicas grupais e realização de Reiki. Após, coloca-se em discussão a que se pôs a construir a Tenda naquele momento, ou seja, qual o objetivo, tema na Tenda que nos reúne e segue-se o espaço de discussão. Por exemplo, “sobre o uso de plantas enteógenas no cuidado em saúde”, “o que temos a ver com a luta antimanicomial e defesa do direito à loucura?”, entre tantos outros temas que se transversalizam na defesa do direito humano à saúde. As práticas de cuidado muitas vezes são realizadas concomitantes ou mescladas às rodas de conversa. Entre elas o Reiki, meditação, espirituais, yoga, de sensibilização, construção de filtros dos sonhos, mandalas,

stencil, pintura, desenho, escritas, o que advir, e outros artefatos que facilitam a inclusão e expressão do saber popular. Ao final da atividade realiza-se avaliação coletiva do processo, seguido de convite para ajudar a desmontar a Tenda e guardar os materiais utilizados, afinal, funciona na provisoriamente do tempo. Devolve-se a quem emprestou a barraca e se agradece, e o material que pertence ao Povaréu Sul é guardado para as próximas Tendas.

A partir da realização das Tendas percebe-se um processo de mudança nas feições das pessoas, uma liberação do afeto apreendido no âmago, seja ele de carinho, raiva, amor, enfim, na Tenda eles têm passagem e se articulam a outros e se produz conhecimento, engajamento noutras práticas alinhadas ao saber popular como valioso para a expansão da vida.

E a Tenda, criação e lugar de transversalizações, momentâneas ou demoradas, é uma “estrutura” construída com todos(as), que reúne a singularidade dos mais diversos modos. Aproveitamos o ensejo para refletir sobre como os agenciamentos de constituição e desconstituição deste espaço têm potência para a produção de saúde dado ao vivido, tanto por quem organiza quanto por quem se chega e vem compor na participação, que em um dado momento não se distingue quem é quem, pois passa a se incorporar o jeito Tenda, de roda, de partilha, de respeito, de conviver, de rir, de chorar, de vibrar, de discutir, de tensionar, de inventar, etc.

É mais ou menos deste modo que funcionam as Tendas, como um dispositivo para se engajar na militância por direitos humanos, como é o caso da saúde. Algum coletivo ocupa-se de pensá-las e analisar os feitos pode ser um analisador importante para não se cair refém das forças de capturam o que se move contra os interesses de uma lógica hegemônica de dominação operada na economia, pelo capital e pela mídia. Do mesmo modo, além disso, as Tendas, nesse compor, decompor e recompor, têm a potência de juntar pessoas e de se fazer e desfazer, de se territorializar, desterritorializar e reterritorializar. E esse movimento não é institucionalizado, mesmo sendo provocado por um coletivo, pois este também não o é. Será que funcionaria com

mais potencia ao que está vinculado às estruturas institucionalizadas ou ao que se gera fora dessa maquinaria, por exemplo? Com isso se aponta que não há jeito melhor ou pior, nem receitas, mas destaca-se que no “fora” circula mais a “liberdade”.

Liberdade de inclusão da realidade na concretude que se apresenta a saúde como um direito humano, que não se transfere e que sua efetividade codepende de outros. E que se apresenta no tecer da Tenda, como a produção de rizoma (Deleuze; Guattari, 1995), ou seja, em multiplicidade de criação de realidades numa dinâmica de fluxos e intensidades que podem se dar por palavras, dizeres, olhares, gestos, afetos, sentires, nas Tendas como dispositivo de luta por direitos humanos.

UM “PANO DE FUNDO” QUE TAMBÉM ESTÁ “ENLEADO” NO TECIDO DE FEITURAS DAS TENDAS

O tema da educação em qualquer de suas modalidades (escolarizada, de jovens e adultos, indígena, intercultural, do campo, para a saúde, etc.) vincula-se ao direito à saúde como direito humano. Os governos devem ofertar condições que permitam a todas as pessoas viverem da forma mais saudável possível, conforme designa a Organização Mundial da Saúde (2013). Essas condições incluem a garantia de serviços de saúde, condições de trabalho salubres e seguras, moradia e alimentação nutritiva. O entendimento do direito à saúde compreende todo esse contexto. Por mais que esteja garantido nas Constituições de países de todo o mundo, no entanto, há muito trabalho a fazer como prática e intervenções com os setores populares, principalmente com os mais desfavorecidos, uma vez que o processo de educação nas Tendas não é de transmissão de conhecimentos, mas de partilha, problematização e construção. Entende-se que a educação ao mesmo tempo em que pode reproduzir o que fere os direitos humanos, é por esta via a sua transformação (Both; Brutscher, 2004).

Dessa forma, o tema dos direitos humanos e a saúde como um deles aparece na “agenda” das Tendões. O grau máximo de saúde que se pode usufruir é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política ou condição econômica e social. E essa discussão é feita vinculada a cada temática das Tendões de Afeto, posto que se entende que ampliando essa discussão, pode-se caminhar para problematizar com o progresso produtivo e econômico que transforma o humano em coisa. O espaço da Tenda abre o debate, também para se entender como esse processo ocorre e que se volte ao desenvolvimento humano e não só ao capital que assalta as pessoas, via mecanismos midiáticos, para o consumo de bens e serviços como sinônimo de felicidade. Coloca em questão que saúde é um direito humano que está aliado aos demais direitos sociais, como proteção ao trabalho, fomento ao emprego decente e diminuindo as disparidades sociais.

O espaço das Tendões de Afeto Popular não considera somente o saber acadêmico, mas parte da realidade vivida pelas pessoas, e contribui para uma leitura crítica, que facilite enxergar as violações dos direitos humanos e do mesmo modo em como se organizar para que juntos se possa lutar para a garantia dos direitos, uma vez que estes são conquistas das lutas de homens e mulheres (Peralta; Peruzzo; Both, 2012).

Em âmbito de marcos históricos, jurídicos, de leis, organismos, instituições, agendas, acordos internacionais e outros, há intenções de superar a desigualdade social e de saúde, mas não são suficientes. Demanda-se a necessidade de reinversão de valores sociais, no sentido de reconhecer o outro humano como humano, sujeito de direito e que isso tome o “corpo” popular como um valor ético, moral e de transformação social.

É o exercício de construir relações mais descentralizadas que queiram integrar o mundo com a academia e o mundo com a vida, porque as comunidades também geram conhecimento (Plata, 2009). Para isso, explorar e exercitar uma saúde com enfoques transculturais e inter e transdisciplinares, em que todos os saberes, diferentes por excelência,

dado que as pessoas são diferentes, tenham espaço para serem colocados e coproduzidos, como o é o espaço da Tenda de Afeto Popular.

Essa experiência acontece porque pulsam afetos, um deles de muita militância pelo direito à saúde para todos, que se reconhece nesta interface com outros direitos humanos. E na ocorrência das Tendões, esse sentimento se transversaliza e se conecta com os de outras pessoas, sejam de questões pessoais ou solidárias, pois há algo que passa por nós e pelas pessoas – afetos diversos. E isso nos faz diferentes a cada vez, a cada Tenda, a cada Ágora, a cada prática de cuidado. É nessa experiência que se percebe que a saúde é um direito que foi construído e reposiciona-se o que é o direito à saúde e sua conversa com outros para garantia da vida com dignidade que todos nós merecemos e que não se restringe ao território brasileiro. Igualmente que a educação pode ser um ente que medeia afetos e vice-versa. Então, para dialogar com o que emerge desta experiência: a construção do direito à saúde, o conceito de saúde, a educação e a educação popular neste processo.

Reconhece, também, que o macro está presente no micro e que o micro no macro, mas que as mudanças e proposições surgem das bases, no caso, que há potência em espaços micropolíticos afetivos na construção e defesa dos direitos humanos. E mesmo que advenham do macro, a exequibilidade também depende do micro. Então, essa relação acontece nas Tendões, em que o que parece menor tem energias transformadoras, pois: como se muda o que se deseja mudar se não começar por si mesmo e pelos enredos que se cria ou que se agencia?

INTERROGANTES QUE (SE) MOVE(RA)M

Por fim de muitos começos
nas experiências “Tendões”

Deste modo, como iniciamos com interrogantes “guias”, os quais se moveram no texto e encerra este, tem-se as Tendões como dispositivos de conexão, problematização e de alteração de realidades sociais, em que vários(as) atores(as) inserem-se na articulação

e efetivação das Tendas, como educadores(as) populares, estudantes de cursos da saúde e educação, população indígena, indivíduos em situação de rua, pessoas que demandam de atenção em saúde mental, entre outros grupos invisibilizados pela sociedade. As Tendas tornam-se espaço de defesa dos direitos humanos pela via dos afetos, da educação popular e da construção política que não é alienada com o que acontece no cenário social. Então, para fazer jus ao jeito Tenda, a potência mostra-se na junção, na conversa-ação, na produção de um devir coletivo afetivo em Tenda de Afeto Popular, por este dispositivo de experimentação que não se fixa, que se cria, e facilita a fluidez do pensamento e a construção coletiva engatando-se e problematizando com outros enredos, seja na defesa da vida ou de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, J. P. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- ARENDDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BOTH, V.; BRUTSCHER, V. J. Educação popular e direitos humanos: pautas pedagógicas para a atuação. In: CARBONARI, Paulo César; KUJAWA, Henrique Aniceto (Orgs.). *Direitos Humanos desde Passo Fundo: homenagem aos vinte anos da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo*. Passo Fundo: CDHPF/Ifibe, 2004. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/both_educacao_popular_dh.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Diário Oficial da União, 1988.
- _____. *Lei Orgânica da Saúde 8080*, de 30 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. *Vigilância do câncer ocupacional e ambiental*. Rio de Janeiro: Inca, 2005. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilanciadocancerocupacional.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde*. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde – CNEPS. Brasília: Ministério da Saúde. 2012. Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/PNEPS-2012.PDF>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- CAMPOS, G. V. S. *Saúde paideia*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CHANEY, R. L. Food chain pathways for toxic metals and toxic organics in wastes. In: FRANCIS, C. W.; AUERBACH, S. I. (Eds.). *Environment and solid wastes: characterization, treatment, and disposal*. Boston: Butterworth Publishers, 1983.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Neto, Aurélio Guerra Aurélio; Costa, C. P. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- FILHO, J. P. A. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume Fapesp, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – Ibama. *Produtos agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil: uma abordagem ambiental*. Brasília: Ibama, 2010. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Qualidade_Ambiental/produtos_agrotoxicos_comercializados_brasil_2009.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*. Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- KASSOUF, A. L. Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 29-44, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v43n1/25834.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução João Wanderley Geraldi. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Linguística. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

LARROSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração universal dos direitos humanos – DUDH (1948)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Derecho a la salud*. Nota descritiva nº 233. Noviembre de 2013. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs323/es/>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

PERALTA, J. G.; PERUZZO, N. A.; BOTH, V. *Direito humano à saúde e educação popular: experiência de Passo Fundo*. Passo Fundo, RS: Belthier, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/338/CEAP-RS_direito_humano_saude_educa%C3%A7%C3%A3o_popular.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 nov. 2015.

PLATA, J. J. Investigación social y diálogo de saberes. In: PÉREZ, C.; ÁLVARO E. J. (Coords.). *Memorias Ier encuentro amazónico de experiencias de diálogo de saberes*. Leticia: Editorial Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia, 2009.

ROSA, J. R. A cultura política da reparação: por uma história comunicativa e uma memória apaziguada. *História: debates e tendências*, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/3077>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTOS, A. M.; TEJADA, C. A. O.; EWERLING, F. Os determinantes socioeconômicos do estado de saúde das crianças do Brasil rural. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 50, n. 3, p. 473-492, set.

2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a05v50n3.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SMITH, W. *A dictionary of greek and roman antiquities*. Harvard University Library. New York, 1842. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=30LCBp71dBsC&pg=PA33&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/06.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Recebido em: 22/12/2015

Aceito em: 16/3/2016